

FAMÍLIA E CUIDADO: UMA LEITURA PARA ALÉM DO ÓBVIO

Maristela Stamm*
Regina Célia Tamaso Miotto**

RESUMO

Este artigo foi estruturado a partir das perguntas: como pensar a família? Que relações podem ser estabelecidas entre cuidado e família? Que referencial teórico pode nos ajudar a pensar o processo assistencial com famílias? No seu desenvolvimento, através da literatura consultada, buscamos identificar algumas mudanças ocorridas na família. Destacamos algumas considerações sobre cuidado familiar. Utilizamos a teoria geral dos sistemas como ponto de reflexão no processo assistencial. Vimos a família como elemento fundamental na relação do cuidado. Compreendemos que o cuidado não é só um momento de zelo; é uma atitude que engloba saber profissional e saber familiar.

Palavras-chave: Família. Cuidado. Cuidado familiar.

INTRODUÇÃO

Colocar em pauta a discussão da relação entre família e cuidado pode parecer, à primeira vista, uma obviedade. Sem dúvida estas duas categorias estão intrinsecamente relacionadas, uma vez que a família, em toda a sua história, nas suas mais diversas configurações, está caracterizada pelo seu papel de cuidado e proteção de seus membros. Porém sabemos que, quando consideramos as coisas como óbvias, colocamos atrás de uma cortina de fumaça algumas questões que nos impedem, enquanto profissionais da área da saúde, de pensar e avançar na discussão sobre nossas práticas de assistência às famílias. Como questões-chaves para tal discussão consideramos a necessidade de estabelecer o que estamos entendendo por família neste momento, definir quais são as

perspectivas através das quais podemos tratar as relações entre família e cuidado e dispor de uma referência teórica que nos permita balizar o processo assistencial, cada vez que entramos em contato com uma família no âmbito de nossos serviços.

Nesse sentido, atentas ao fato de que este processo pode ser considerado como um procedimento de complexidade, em que o debate interdisciplinar é inerente ao tratamento do tema, nos propomos neste artigo a discutir as questões acima elencadas. Como assinalam Nitschke e Elsen (2000, p. 45):

trabalhar com família é estar em trânsito entre o micro e o macrosocial, entre o ser humano na sua individualidade e na sua coletividade,

* Doutoranda em Enfermagem pela UFSC, Professora do Curso de Enfermagem da Universidade do Contestado - UnC, Campus Concórdia-SC

** Assistente Social, doutora em Saúde Mental pela UNICAMP, Professora do departamento de Serviço Social - Membro do Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família - NECAD

enfim é mergulhar infinitamente nas relações intra e extrafamiliares.

Levando em conta estas considerações, estruturamos este artigo a partir de três perguntas, para as quais assinalaremos algumas respostas ao longo do texto. São elas: Como pensar a família? Que relações podem ser estabelecidas entre cuidado e família? Que referencial teórico pode nos ajudar a pensar o processo assistencial às famílias?

Como Pensar a Família?

A enfermagem, bem como outras profissões, tem pensado a família como foco de cuidado primordial. Grupos de pesquisas vêm sendo estruturados em torno das questões relacionadas à assistência e à pesquisa. Entre eles está o Grupo de Assistência, Pesquisa e Educação na área da Saúde da Família - GAPEFAM. A enfermeira Dra. Ingrid Elsen, inspirada em sua tese de doutoramento, iniciou o mencionado grupo no Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no ano de 1984, quando ainda não se falava em nenhum programa de saúde da família em nosso país.

Segundo Elsen (1994), o grupo estruturou-se através de múltiplas reuniões e estudos, e hoje, com seus 19 anos de existência, é um marco de referência para aqueles que desejam trabalhar com famílias. Ele agrega também profissionais de diferentes áreas da Região Sul do Brasil, através da Rede de Laboratórios de Estudos Interdisciplinares sobre Família e Saúde - LEIFAMS.

É do GAPEFAM o conceito de família que consideramos abrangente e compatível com a realidade contemporânea:

Uma unidade dinâmica constituída por pessoas que se percebem como família que convivem por determinado espaço de tempo, com estrutura e organização para atingir objetivos comuns e construindo uma história de vida. Os membros da família estão unidos por laços consangüíneos de adoção, interesse e ou afetividade. Tem identidade própria, possui e transmite crenças, valores e conhecimentos comuns influenciados por sua cultura e

nível sócio-econômico. A família tem direitos e responsabilidades, vive em um determinado ambiente em interação com outras pessoas e familiares em diversos níveis de aproximação. Define objetivos e promovem meios para o crescimento, desenvolvimento, saúde e bem estar de seus membros. (ELSEN et al., 1992, p. 6).

A família, como unidade dinâmica, ao longo da história tem passado por constantes modificações, o que dificulta seguir um curso único. Ribeiro (1999) entende sua conceituação como uma tarefa complexa, principalmente quando o profissional que trabalha com famílias toma como referência maior seus valores, suas crenças e experiências pessoais. A tendência, segundo a autora, é conceituarmos a família a partir das nossas próprias famílias.

Dessa forma, torna-se fundamental despir-se de valores, crenças e experiências familiares pessoais. Conforme assinala Mioto (1997), ao falarmos de “famílias” devemos nos ater à sua especificidade, sua particularidade, posto que as famílias diferem significativamente entre si nos diversos momentos da história humana.

Em termos jurídicos, Genofre (1997) esclarece que a família, originalmente, no direito romano, era patriarcal e considerada como tudo que estivesse debaixo do poder paterno: mulher, filhos, escravos e até bens, como terras, instrumentos e animais de trabalho. A tradição romana constitui-se em forte fator de influência nas legislações modernas.

No direito brasileiro prevaleciam os direitos canônico e português, nos quais a Igreja representava o principal conceito da família. A lei civil, sob a influência da Igreja, manteve por muito tempo o princípio da indissolubilidade do casamento. Foi após uma árdua luta que, em 1977, através da Emenda Constitucional n.º 9, o senador Nelson Carneiro conseguiu instituir o divórcio no Brasil.

As diversas constituições brasileiras também protegiam somente as famílias denominadas na época de “legítimas”. Genofre (1997) lembra que na Constituição de 1934 o Estado deu total apoio à Igreja quanto à indissolubilidade do vínculo conjugal. Da mesma forma em 1946, 1967 e 1969. Nesse

período o Código Civil só reconhecia a união legitimada pela Igreja e pelo Estado. O artigo 380 dispunha que:

- o pátrio poder é exercido pelo marido, com a 'colaboração' da mulher, cabendo ao marido ainda:
- a) a chefia da sociedade conjugal;
- b) o direito de fixar o domicílio da família;
- c) o direito de administrar os bens do casal;
- d) o direito de decidir, em caso de divergência. (GENOFRE, 1997, p. 98).

Com a Constituição de 1988, o casamento deixou de ser o eixo fundamental da família. Independentemente da existência do casamento civil ou religioso, é considerada como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher. É considerada também como entidade familiar a comunidade formada por um dos pais e seus descendentes, encaixando-se na definição de famílias monoparentais, em que o homem ou a mulher assume as responsabilidades.

Os novos arranjos, como família com base em uniões livres, famílias monoparentais com chefia feminina ou masculina, mães/adolescentes solteiras que assumem seus filhos, mulheres que optam por ter filhos sem envolvimento com o pai da criança, famílias formadas por homossexuais, nos dão ciência dessas mudanças e colocam em questão a hegemonia da família nuclear. Sobre estas mudanças, Pereira (1995) lembra que tudo isso leva à inferência das medidas políticas relacionadas à família. Ressalta a autora que essas mudanças não devem ser encaradas como tendências negativas, doenças ou sintomas de crise. Para ela, a aparente desorganização da família nada mais é do que uma reestruturação, a qual, ao mesmo tempo que pode causar dificuldades, pode também apresentar soluções. Esse processo contraditório, que por vezes abala o sentimento de segurança das pessoas, pela diminuição, ou mesmo pela falta da solidariedade familiar, propicia também a possibilidade de emancipação de segmentos aprisionados no mundo privado de muitas sociedades conjugais opressoras (PEREIRA, 1995).

Para Bourdieu (1996), ainda existe uma espécie de ideologia política em torno da família, apesar de toda a reestruturação. O autor observa que algumas correntes tendem a ver a família como um universo social separado, empenhado em um trabalho de perpetuação das fronteiras e orientado pela idealização do interior como sagrado, "sanctum" (BOURDIEU, 1996, p. 125).

Assim, a unidade doméstica é concebida pelo autor como um agente ativo, com vontade própria, capaz de decidir através de suas capacidades e prioridades, com sentimentos que se apóiam em um conjunto de pressupostos cognitivos e de prescrições normativas relacionadas à maneira de viver as relações domésticas. Usando a linguagem de Aristóteles, a família é – ou deveria ser - o local da "*philia*", confiança, doação, em que se inspiram os modelos ideais das relações humanas, dentro dos princípios de construção da relação social, mesmo com todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos.

Essas afirmações são constantemente encontradas nas mais diversas linhas teóricas. A família então deveria ser a base da sustentação do amor, e mesmo um local de felicidade. A este respeito, Miotto (1997) pondera que, *a priori*, a família não é o lugar de felicidade e que essa idéia surge com o ocultamento do caráter histórico da família. Para a autora, trata-se de uma ideologia que foi fortalecida entre fatos naturais e família (casamento, nascimento, morte) e pelo envolvimento afetivo que ocorre entre seus membros, minimizando a indiferença de uma sociedade industrial, cada vez mais materialista e desumanizada.

Neste prisma, Miotto (1997) lembra que profissionais ligados ao cuidado com famílias, embora acreditem não se tratar de um grupo natural, acabam naturalizando suas relações, usando estereótipos como o de ser pai, mãe e filho. É esquecido - pondera a autora - que cada família possui sua própria dinâmica, que é construída entre seus membros.

Além dos profissionais da área da saúde, a família tem se constituído também num foco central para os partidos políticos durante campanhas eleitorais, como também na própria política governamental. A Europa é um exemplo disso. Segundo Kahlweit (2002), desde a posse

do governo federal alemão em 1998, foram priorizadas algumas ações em prol da família. Houve aumento do salário-família, que passou de 40 para 154 euros mensais; reordenação do imposto familiar, permitindo que as famílias tenham maior estabilidade financeira.

Naquele país, é estimulada e concedida a licença para os pais durante três anos. Juntos eles podem conciliar trabalho e família, privilegiando a educação dos filhos. A bolsa de estudos federal foi aumentada de 50 para 583 euros, como também houve aumento no salário-habitação e incentivo para a construção de residências mais confortáveis (KAHLWEIT, 2002).

Trabalhadores com filhos têm direito à redução do tempo semanal de trabalho. O que antes era chamado de licença-educação, hoje chama-se licença dos pais. Desde 2001 pai e mãe cuidam juntos do seu filho. Além disso, a assistência na velhice para os pais foi também priorizada.

Segundo a autora, este incentivo se deve ao fato de que a taxa de natalidade é maior nos países onde as possibilidades de assistência à criança são melhores, e cita como exemplo os países escandinavos e a França. Na Alemanha, somente um pouco mais da metade de todos os casais possuem filhos. Essas medidas então buscam solucionar e incentivar as relações familiares..

No Brasil, a partir de 1995, o Programa Saúde da Família - PSF foi incorporado pela Secretaria de Assistência à Saúde, ocupando hoje um espaço importante, com um incentivo financeiro significativo. Segundo Pires (2000), em dezembro de 1997, tínhamos 1.623 equipes de saúde da família. Em 2002, este número se aproxima de 15 mil equipes, envolvendo cerca de 40 milhões de pessoas (BRASIL, 2002)

Pires (2000) lembra que, a partir da atenção básica, o Sistema Único de Saúde quer o reordenamento do modelo de atenção à saúde. Este programa entende a família "como o espaço nuclear de agregação das pessoas, inseridas em um contexto social, devendo ser objeto prioritário à saúde" (PIRES, 2000, p. 15).

Percebem-se intensos esforços para o cuidado às famílias, embora exista ainda muita postura paternalista, que não condiz com o

preconizado no próprio Sistema Único de Saúde - SUS.

Que Relações Podem ser Estabelecidas entre Cuidado e Família?

Elsen (1984) entende que a família é um sistema de saúde para seus membros. A autora, na sua tese de doutorado, identificou ser o conjunto de valores, conhecimentos, práticas e crenças o principal pilar que sustenta as ações da família na promoção da saúde de seus membros, na prevenção e no próprio tratamento da doença. É nesse sistema que ocorre todo o processo de cuidado, no qual a família toma as iniciativas necessárias frente às situações de doença, supervisiona, avalia, busca ajuda, estando continuamente atenta e disponível para cuidar (ELSEN, 1984).

Através de um novo enfoque, denominado cuidado familiar, Elsen (2002) apresenta algumas considerações que podem ser estabelecidas entre cuidado e família. Nesta perspectiva, o que norteia as ações familiares é a base em que ela é construída e sustentada. Como parte integrante de um ambiente sociocultural, compartilha saberes através de interações sociais. Althoff (2001), citando Casey, observa que para compreender a família é necessário que o profissional fique atento ao ambiente no qual ela está inserida. Lembra ainda que a família tem discernimento para determinar padrões, optar e reorganizar seu ambiente. Então o padrão de interação é definido pela própria família, que, somando-o às relações sociais, tem o suporte para seu funcionamento, inclusive nos aspectos inerentes à saúde.

Outro aspecto apontado por Elsen (2002) está relacionado com a construção de valores, crenças e símbolos, resultante dos saberes provenientes da família de origem, do ambiente sociocultural e do convívio com a nova família. A autora define o mundo de significados de cada família, considerando os elementos do contexto no qual se insere a cultura familiar. Elsen (2002, p. 15), define o cuidado familiar a partir do mundo de significados de cada família e desenvolvimento ao longo do seu processo de viver, o que lhe dá um caráter de especificidade.

Em relação ainda ao cuidado familiar, Elsen (2002) esclarece que ele pode ocorrer inter e

intrageneracionalmente. Este cuidado entre gerações - pais cuidando dos filhos e por vezes, filhos cuidando dos pais - deixa evidente o duplo sentido dos cuidados entre gerações. Observa-se esta forma de cuidado em famílias nas quais um dos cônjuges é alcoolista ou em doenças inesperadas. A redistribuição de papéis faz com que o cuidado familiar aconteça das formas mencionadas pela autora. Isto ocorre ao longo do processo de vida da família e em suas respectivas etapas. Cada estágio requer uma forma de cuidado, e como exemplos podemos citar o cuidado familiar durante o pré-natal, o cuidado do casal como futuros pais, e assim sucessivamente. As especificidades ocorrem segundo a demanda e as características da família.

Outro elemento importante pontuado por Elsen (2002) é a rede de suporte social. Parentes, amigos e vizinhos são peças fundamentais no cuidado familiar. Em nossas experiências, esta rede se faz presente, principalmente, nas circunstâncias de doenças. A solidariedade dos vizinhos, a ajuda dos amigos nos momentos de crise, ou mesmo no dia-a-dia da vida familiar, representa um cuidado importante.

Diante deste enfoque, nos reportamos à pergunta inicial: Que relações podem ser estabelecidas entre cuidado e família? Entendemos que primeiramente se faz necessário conhecer onde e como esta família vive e suas reais necessidades. A tendência dos profissionais de saúde é não valorizar os recursos existentes na família. Entendemos que existem situações em que a família necessita do cuidado profissional; assim sendo, consideramos importante estabelecer estratégias de cuidado, somando saberes entre profissionais, famílias e rede de suporte social.

Se nosso discurso defende que é na família que encontramos a matriz do cuidado, se a definimos como unidade de cuidado, cabe então aos profissionais fortalecê-la, apoiá-la e orientá-la quando ela se encontrar fragilizada, bem como incentivá-la na promoção da saúde familiar.

Que Referencial Teórico pode nos Ajudar a Pensar o Processo Assistencial às Famílias?

Uma das bases teóricas sobre as quais um número significativo de profissionais parecem estar de acordo é a teoria geral dos sistemas. Esta estrutura teórica enfoca a família como um sistema no qual seus membros estabelecem uma constante interação, visando à homeostase. Isso acontece através do constante *feed-back* gerenciado pela regras familiares. Das grandes contribuições que esta abordagem possibilita, referenciamos, para o processo assistencial, dois elementos, que passamos a descrever: família como unidade e padrões de interação.

Família como Unidade

A família, vista como unidade, desenvolve através dos tempos padrões de interação que vão constituir a estrutura familiar. Esta estrutura governa o funcionamento dos elementos que formam a família, delineando comportamentos e facilitando interações. Entretanto, Miotto (1998) lembra que o grupo familiar, como unidade, vista como um todo através de seus membros, não se restringe à somatória de seus elementos. A autora recorre à metáfora sassureana de Walrond – Skinner, para dar mais clareza à sua afirmação:

[...] da mesma forma que não é possível entender um jogo de xadrez olhando somente para as peças, uma vez que o movimento de cada uma afeta a posição e o significado de todas as outras, a família não pode ser tomada apenas como a soma de suas partes [...]
(MIOTTO, 1998, p. 22).

Isto significa que em qualquer movimento da parte o todo é atingido.

Minuchin e Fishman (1990, p. 23) relatam que, em 1979, Koesler, tentando esclarecer a complexa unidade de mais de duas pessoas, criou o termo *holon*^{*}, derivado do grego *holos* (todos) mais o sufixo *on*, que sugere uma parte ou partícula.

A família nuclear é um *holon* da extensa, esta o é de comunidade [...]

^{*} O termo *holon* significa ao mesmo tempo um todo e uma parte. Na terapia familiar, a unidade de intervenção é considerada um *holon* (Minuchin e Fishman, 1990).

cada todo contém a parte e cada parte contém também o “programa” que o todo impõe. Parte e todo contém um ao outro num processo contínuo, atual e corrente de comunicação e inter-relação.

Neste sentido, entende-se também que, na família como unidade, cada membro que a compõe é um *holon* desta unidade. Contudo, cada membro inclui aspectos peculiares, conforme as demandas da vida. Para Mioto (1998), as relações estabelecidas entre os membros da família ocorrem num processo circular e as trocas ocorrem conforme os padrões de relacionamento determinados na própria família.

De acordo com Minuchin e Fishman (1990), estes padrões estão intimamente relacionados às regras universais que tentam ainda regular a organização familiar e também as regras advindas do próprio meio familiar. Estas regras influenciam o comportamento individual e do todo. Metaforicamente, lembram os autores que dentro das regras existem áreas delimitadas, nas quais o território pode ser entendido como: “faça como quiser; entrada proibida; prossiga com cautela; pare.” Ao transgredir alguma destas áreas, podem surgir sentimentos de culpa, medo e ansiedade, entre outros. Supostamente, cada *holon* sabe até onde pode adentrar nesse território, e seguindo os padrões de comportamentos, respeitando ou não a referida demarcação, é que vai alterar - ou não - a rede de transações familiares.

São então criadas expectativas de comportamentos, as quais se articulam às negociações tanto explícitas como implícitas entre seus membros no cotidiano. A família passa por constantes arranjos, com subsistemas distintos, cada um assumindo seu papel, que pode ser de pai, mãe, filho, avô, avó, e assim sucessivamente. É nesta unidade que o grupo familiar, visto como um todo, se envolve num processo dinâmico, resultando os denominados padrões de interação.

Padrões de Interação

A formação de uma família acontece, segundo Minuchin e Fishman (1990), quando duas pessoas se unem e expressam o desejo dessa união. Cada um dos elementos tem expectativas, valores, crenças, tanto conscientes quanto inconscientes. É no cotidiano que os dois conjuntos de valores vão se conciliando, ou não. Procurando preservar sua individualidade, cada um dos cônjuges abrirá mão de algumas preferências, e nesse processo um novo sistema é formado e novos padrões se instalam.

Estes padrões habitualmente ocorrem sem serem reconhecidos como tais. Existem por si sós, formando parte das premissas da vida, e vão acontecendo naturalmente, sem acordos ou reflexões. Se ambos provêm de famílias patriarcais, a mulher naturalmente se ocupará dos afazeres domésticos e o homem será o principal provedor. Outros padrões de interação também podem ocorrer como resultado de um acordo formal, como “é sua vez de lavar a louça”. Em qualquer situação, os padrões estabelecidos determinam como cada cônjuge se percebe e percebe o outro no cotidiano. Na situação em que o habitual deixa de acontecer, é provável que emergirá o senso de traição, ou outro sentimento equivalente. Obviamente haverá pontos de discórdia, e o sistema então deverá procurar soluções plausíveis para essas demandas contextuais modificadas. Diante das assimetrias, num constante processo evolutivo, as famílias operam através de trocas constantes, que, segundo Mioto (1998), conduzem a duas posições contrárias: a homeostasia ou a mudança. A autora lembra a importância do equilíbrio entre os dois opostos para garantir a continuidade e a qualidade do próprio processo.

Assim sendo, um dos aspectos primordiais que determinam a estrutura familiar é a maneira como são delineadas essas fronteiras. Se elas forem compreendidas como fonte de segurança, o subsistema conjugal torna-se o “porto seguro”

para seus membros e o principal apoio para lidar com as demandas do universo extrafamiliar, como também refúgio para as tensões de fora. Se, ao contrário, por algum motivo (cultural, social, valores), estas não forem fortalecidas, o subsistema não terá condições de suportar as adversidades, e a tendência é desfazer o sistema.

Minuchin e Fishman (1990) acentuam que o subsistema conjugal é referência para o crescimento dos filhos. A expressão das interações cotidianas dos cônjuges é, para os filhos, modelo para suas relações íntimas futuras. O que a criança vê, sente, percebe, fará parte de suas expectativas e valores ao entrar em contato com o mundo exterior. Neste prisma, se há alguma disfunção significativa dentro do subsistema conjugal, toda a família será atingida.

A família então é vista como matriz da identidade. A partir do *holon* parental, acontece a educação dos filhos e a socialização. Dentro deste subsistema, a criança aprende a relacionar-se com pessoas de maior autoridade e a considerar esta autoridade racional ou arbitrária. É nestas transações que a criança vai se socializando e formando sua identidade e irá moldar seu senso de adequação, aprendendo a lidar com as adversidades e os conflitos e como adaptar-se às mais diferentes situações (MINUCHIN; FISHMAN, 1990).

Neste universo familiar, Mioto (1998) lembra que, concomitantemente ao processo de

individualização, os membros da família vão incorporando também o sentido de pertencer. Então eles não somente passam a se perceber como únicos, mas aprendem a compartilhar uma estrutura grupal, o que lhes dará base de sustentação para a convivência com outros grupos.

Essas considerações não esgotam o entendimento sobre família, pois sabe-se que não há uma organização familiar universal ou um modelo único ou melhor de família. O que se percebe é que as famílias variam substancialmente quanto a sua dinâmica, estrutura e ao seu funcionamento, dependendo, principalmente, do grau de flexibilidade de atuação de cada *holon*, de seu lugar na estrutura social e do próprio momento histórico. Enquanto algumas famílias possuem uma espantosa capacidade de adaptar-se e mudar, enquanto mantêm a continuidade, outras não conseguem o mesmo resultado.

É com este olhar que nos voltamos para a família, tendo como elemento fundamental nessa relação o cuidado. Segundo o pensamento de Boff (1999), cuidar é muito mais que um momento de zelo, atenção e desvelo; é uma atitude de envolvimento afetivo, de ocupação e de entrega. As famílias, dentro de sua totalidade-unidade, conforme o pensamento do GAPEFAM, possuem uma estrutura que deve ser respeitada e entendida. Com isso, estaremos diminuindo a postura paternalista existente.

FAMILY AND CARE: A CONCEPTION BEYOND THE OBVIOUS

ABSTRACT

This article was structured with basis on some questions: how to think of a family? What relation can be established between care and family? What theoretical basis can be of some help in the process of assisting a family? In the literature reviewed, we searched to identify some changes occurred in the family. We made use of a general theory of systems as a reflection point in the assistance process. A family is seen as a basic element in the care relation. It is understood that caring is not just a moment of dedication, it is an attitude that involves family and professional know-how.

Key words: Family care. Care. Assistance.

FAMÍLIA Y CUIDADO: UNA LECTURA MÁS ALLÁ DE LO OBVIO

RESUMEN

Este artículo fue estructurado a partir de las siguientes preguntas: ¿cómo pensar la familia? ¿Qué relaciones pueden establecerse entre cuidado y familia? ¿Qué referente teórico puede ayudarnos a pensar el proceso asistencial con familias? En su desarrollo, a través de la literatura consultada, buscamos identificar algunos cambios ocurridos en la familia. Destacamos algunas consideraciones sobre el cuidado familiar. Utilizamos la teoría general de los sistemas como punto de reflexión en el proceso asistencial. Vimos la familia como elemento fundamental en la relación del cuidado. Comprendemos que el cuidado no es sólo un momento de celo, es una actitud que engloba saber profesional y saber familiar.

Palabras Clave: Família. Cuidado. Cuidado familiar.

REFERÊNCIAS

- ALTHOFF, Coleta Ronaldi. **Convivendo em família:** contribuição para a construção de uma teoria substantiva sobre o ambiente familiar. 2001. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Florianópolis, 2001.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar.** 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Programa Saúde da Família.** Disponível em: <<http://www.gov.br/PSA>>. Acesso em: 4 nov. 2002.
- ELSEN, Ingrid. **Concept of health and illness and related behaviour among families living a brasilian fishing village.** 1984. (Tese Doutorado - Ciências de Enfermagem) - University of California, San Francisco, 1984.
- ELSEN, Ingrid. Saúde familiar: a trajetória de um grupo. In: _____ et al. **Marcos para a prática de enfermagem com famílias.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994. p. 19-60.
- _____. Cuidado familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, Ingrid; MARCON, Sônia Silva; SANTOS, Mara Regina dos. **O viver em família e sua interface com a saúde e a doença.** Maringá: Eduem, 2002. p. 11-24.
- ELSEN, Ingrid et al. **Um marco conceitual para o trabalho com famílias.** Florianópolis: GAPEFAM/UFSC, 1992. 9 f. Mimeografado.
- GENOFRE, Roberto Maurício. Família: uma história jurídica. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate.** 2. ed. São Paulo: EDUC, 1997. p. 97-104.
- KAHLWEIT, Cathrin. **A família no centro.** Disponível em: <<http://www.familie-deutschland.de>>. Acesso em: 20 out. 2002.
- KOESLER, Arthur. **Janus:** a summing up. New York: Vintage Books, 1979.
- MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, H. Charles. **Técnicas de terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e saúde mental : contribuições para reflexão sobre processos familiares. **Revista Katálysis,** Florianópolis, n. 2, p. 20-26, maio 1998.
- _____. Família e serviço social. **Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, v. 17, n. 55, p. 114-130, nov. 1997.
- NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia familiar:** conceitos e métodos. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- NITSCHKE, Rosane Gonçalves; ELSEN, Ingrid. Saúde da família na pós-graduação: um compromisso ético interdisciplinar na pós-modernidade. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, DF, v. 53, p. 35-48, dez. 2000. Número especial.
- PEREIRA, Potyara A. P. Desafios contemporâneos para a sociedade e a família. **Revista Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, n. 48, p. 103-114, ago. 1995.
- PIRES, Denise Elvira Pires de. Programa Saúde da Família: entrevista. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, DF, v. 53, p. 7-16, dez. 2000. Número especial.
- BRASIL. República Federativa do Brasil. **Constituição Federal de 1988.** Brasília, DF, MEC, 1969 - 1988.
- RIBEIRO, Maria Salete. **A questão da família na atualidade.** Florianópolis: JOESC, 1999.

Endereço para correspondência: Maristela Stamm. Rua Marechal Deodoro, 1000 Apto 101 – Centro - 89.700-000 Concórdia-SC Fone: 0xx49 444-2605 – E-mail: estela@netcon.com.br

Recebido em: 30/06/2003

Aprovado em: 20/08/2003